

3º PAINEL

CEARÁ SE REORGANIZA E SEGUE EM FRENTE. NA CONTRAMÃO DA CRISE.

O governador **Ciro Gomes** conta como seu estado acertou dívidas e recuperou a capacidade de investir

O meu depoimento deve ser debatido como um depoimento espontâneo de quem está servindo a um projeto que tem resultados absolutamente especiais no Ceará. Não haverá de forma nenhuma a tentativa de parecer desenhado o Ceará como uma ilha de prosperidade, apesar de que vamos ver que alguns desafios, aparentemente no receituário conservador da política brasileira invencíveis, estão no Ceará postos por terra e vencidos realmente. Esse projeto tem uma forte base de legitimação, e estou falando do meu antecessor, ex-governador Tasso Jereissati.

Dito isso, um breve desenho do contexto em que começamos a trabalhar, em 15 de março de 1983. O estado tinha os seguintes números: as receitas correntes só eram suficientes para pagar 70% da folha de pessoal, os salários dos funcionários estavam atrasados três meses e as primeiras oito receitas mensais já haviam sido liquidadas com empréstimos por antecipação de receita. Isso sem falar num colapso generalizado das estruturas: havia greve em todos os segmentos da administração pública. A Polícia Militar fazia greve, e entre as reclamações estava a de que os policiais eram obrigados a sair com duas balas no revólver: se atirasse era obrigado a descontar do salário.

Em apenas 24 meses essa equação foi invertida em todas as suas frentes. O Ceará não criou nenhum tributo novo. Decidiu-se remontar o modelo fiscal do estado, e essa base necessariamente passa pela matriz de financiamento, as receitas públicas, a manipulação do sistema tributário possível de ser alterado ou meramente possível de ser modernizado. Foi um imenso esforço que nos permitiu, até abril deste ano, aumentar a receita acima da inflação.

É possível a mim hoje, através de sistemas muito simplificados de computador, controlar os fluxos de arrecadação de cada setor econômico, empresa por empresa mês a mês e ano a ano. Outro sistema é um sistema de folha de

pagamento em que nós temos pessoa por pessoa, com todos os dados, todos os dispêndios do estado com pessoal. Isso está num cadastro único, permanentemente atualizado. Outro sistema em que penso, inédito no País, é o sistema integrado de contabilidade, em que o próprio ato de empenhar despesas públicas é feito em tempo real, "on line", e é possível ver quanto foi cada despesa, para que destinação foi, para que fins.

Governar, para nós, foi uma experiência de aprendizagem gravíssima, porque havia uma

“O CEARÁ NÃO CRIOU NENHUM TRIBUTO NOVO. DECIDIU-SE REMONTAR O MODELO FISCAL DO ESTADO. É POSSÍVEL A MIM HOJE, ATRAVÉS DE COMPUTADOR, CONTROLAR O FLUXO DE ARRECADAÇÃO DE CADA SETOR, EMPRESA POR EMPRESA, MÊS A MÊS.”

ingenuidade no idealismo nosso, quando fomos cercados por entidades empresariais das mais conservadoras, apesar de o Tasso vir de uma entidade mais ou menos como a Fiesp. Lá tem a Facic, arquiconservadora, e o Cic, o Centro da Indústria, uma entidade que os jovens empresários criaram para antagonizar e ter um canal de expressão. São filhos de empresários mais antigos que foram estudar em São Paulo ou no Exterior e que voltaram para o Ceará com outra mentalidade — são essas que o Tasso representa com mais eloquência. Houve um momento em que o projeto esteve a pique de fracassar.

Nós vivemos isso e o grande mérito foi termos percebido a

necessidade de recriar a relação de intermediação do Estado, da política pública, com a sociedade. Ai nós percebemos que havia uma grave importância em não se trabalhar para as pessoas, mas com as pessoas, fazer com que elas se sentissem credoras de direitos e obedientes a uma massa de obrigações coletivas, como cidadãos e não como clientes de um modelo de Estado.

Os senhores imaginem que em um estado miserável como o Ceará, ser funcionário público é absolutamente importante, dá status e um perfil de renda dos 20% melhor remunerados do estado. Os pais da pobreza, que estão na política sempre para ser bonzinhos, sempre com as melhores teses, estavam monopolizando a discussão. Naquela ocasião, nós dizíamos na televisão: “O Ceará tem 120 mil funcionários (hoje são só 105 mil), eles são só 2% da população. Você acha justo que 2% da população tenham para si todo o recurso?”. Foi uma campanha que a população imediatamente entendeu. O interesse público não tem sindicato, não faz caravana, não faz vaquinha, não faz passeata. Ele está aí, sem patrocínio, sem organização. E essa é a maior tragédia do País.

Eu fiz esse relato porque a experiência do Ceará poderia ser um contraponto nesse contexto da América Latina. Eu tenho para mim que nenhum estado do Brasil tem o perfil de contas públicas que o Ceará tem hoje. Nós comprometemos 47% da nossa receita, em números de 91, com folha de pessoal; todos os outros custeios comprometem 7% da receita corrente; a nossa dívida está rigorosamente composta e paga em dia em todos os seus segmentos; o Banco do Estado do Ceará deu lucro e distribuiu dividendos; não emitimos títulos, ao contrário, estamos resgatando os títulos do estado antes do vencimento. O estado investiu 27% das suas receitas correntes em 91, o que equivale a US\$ 17 milhões em valores absolutos — tanto quanto o estado de Mi-



Ciro Gomes: contra a mistificação dos choques econômicos, tiros certos e golpes de judô fulminantes.

nas conseguiu investir a partir de setembro, porque antes não conseguia investir essa soma.

O nosso País, assim como a América Latina inteira, sofre hoje as consequências da exaustão do nosso modelo antigo de desenvolvimento. Nós assistíamos o que acontecia na Europa, o que já acontecia na América do Norte, e a elite que teve um contato com isso desejava um processo modernizante de industrialização do País. Só que os capitais privados não só não eram bastantes para financiar um processo de industrialização na medida do que se desejava, como tinham um compromisso político

diferente da economia industrial urbana. Era um compromisso rural, de monocultura da cana-de-açúcar e do café.

Daí derivou uma compreensão de que o Estado devia ser o aportador das poupanças, dos capitais necessários ao financiamento da industrialização. E, se nós queríamos fazer nascer aqui uma base industrial, ela não poderia nascer submissa já ou exposta já à competição internacional, de maneira que se ergueu esse muro autárquico do nacionalismo econômico.

Nenhuma nação capitalista, nem naquela época nem agora, teve as taxas de crescimento eco-

nômico que o Brasil teve entre 1950 e 70, quando começamos a dar sinais de exaustão no modelo. E a causa fundamental dessa exaustão foi que, com aquele passo-mais largo do que a perna, veio o déficit: o Estado, gastando mais do que arrecadava, passou a não ter mais um modo não inflacionário de financiar essa diferença. E o Brasil não quer cair na real, por causa da falta de consenso na sociedade.

Nós temos um modelo político presidencialista, mas há um viés no presidencialismo brasileiro, um vício de origem, que é o populismo. Essa tradição cultural lamentável existe na América

do Sul inteira. E o que é o populismo? É você fazer convergir para uma personalidade, numa emergência eleitoral que tende a ser sempre passional. O Brasil tem números desse drama: 75 milhões de brasileiros são cidadãos na hora de votar; na hora de pagar o Imposto de Renda, só 2 milhões pagam verdadeiramente — os outros 6 milhões de contribuintes têm imposto retido na fonte com devolução a posteriori.

Dificilmente, em uma campanha fazendo convergir para a personalidade, vamos assistir a um candidato dizendo: “Vai de-

morar muito para a gente resolver as coisas, vai ter que ter sacrifícios, vamos ter que aumentar impostos, reduzir os benefícios da Previdência, talvez fazer uma contenção da poupança privada”. Portanto, eu digo que o sistema nos impõe essa mistificação: “Deixa comigo que eu faço, eu sou o melhor, a Pátria eu salvo.” O que importa é passar para as pessoas esse carisma do super-homem que vai lá e resolve o problema. Por isso o Figueiredo desmoralizou-se, por isso o Sarney desmoralizou-se, por isso o presidente Collor está se desmoralizando — e por isso o próximo vai se desmoralizar também.

Qualquer Estado com essa matriz fiscal, absolutamente impotente para encarar a menor das demandas da população, jamais conseguirá suportar a legitimidade. Os liberais acham que legitimidade é você ser eleito, mas as pessoas não pensam assim. As pessoas entendem que legitimidade é você ser eleito e fazer como elas querem que você faça. E aí nós assistimos à grande legitimidade depois da eleição financiada na mistificação, a perda grave e profunda da legitimidade e aquela grande saudade da popularidade rondando o ouvido, com truques como: “Vamos fazer um choque de inflação zero na véspera da eleição, inflação que se mata com um tiro, é um ipon”. Tudo mistificação. Eu não estou fazendo críticas ao presidente: é um processo que está aí e vai continuar.

A grande ilusão hoje é a retomada do desenvolvimento. Hoje está se metendo goela abaixo do povo brasileiro que nós precisamos acabar com a recessão e retomar o desenvolvimento. Será que algum brasileiro discorda disso? Será que vamos acreditar que tem um copo de recessão e um copo de desenvolvimento, e que o nosso presidente — sadicamente, para fazer mal para os aposentados — escolheu o copo de recessão? Desenvolvimento é consequência de um silogismo inevitável: só há desenvolvimento com investimento, só há in-

vestimento com poupança, pública ou privada.

Quem falar em desenvolvimento tem que falar na poupança. Poupança pública brasileira: negativa desde 1982, quando perdemos nosso crédito, quando quebramos o crédito internacional pela alta unilateral de juros internacionais, que estourou o juro de 3% para 19%-20% nos nossos contratos. Poupança privada: extraordinariamente comprimida pela estagnação econômica de dez anos e dividida — uma parte, por desconfiança, posta em depósitos no estrangei-

“O QUE IMPORTA É PASSAR ESSE CARISMA DO SUPER-HOMEM. POR ISSO FIGUEIREDO DESMORALIZOU-SE, POR ISSO SARNEY DESMORALIZOU-SE, POR ISSO O PRESIDENTE COLLOR ESTÁ SE DESMORALIZANDO — POR ISSO O PRÓXIMO VAI SE DESMORALIZAR.”

ro, e a outra parte posta na especulação financeira. Quem é que vai produzir, enfrentar corporações trabalhistas, riscos de mercado, problemas de competitividade internacional — porque o receituário neoliberal está empurrando todas essas malsuquices de uma vez só — quando pode botar isso no banco e emprestar para um credor que não quebra e não fecha, que é o País, pagando 38% sobre o dólar, quando as taxas de juros internacionais são de 4% sobre o dólar?

No Brasil nós estamos precisando remontar alguns conceitos básicos. Por exemplo, característica da soberania estatal: monopólio da moeda. No Brasil, cada estado é emissor secundário de moeda na hora em que quer. Eu, se quiser, emito amanhã Cr\$ 300

bilhões, sem nenhum problema, nenhuma restrição. Outro problema: uma solidariedade conceitual entre o capital financeiro e o capital produtivo. Porque se eu empresto para o capital produtivo, empresto para a fábrica, devo torcer para que a fábrica tenha produto, que ela vá bem e que tenha mercado — senão o dinheiro não volta.

No Brasil isso se rompeu porque tem um grande e voraz tomador que garante a volta do dinheiro a qualquer preço, sem nenhum compromisso com os riscos da produção, a especulação financeira. Tudo isso tem raiz no problema do déficit das contas públicas. Se não fizer isso, não há como resolver o problema. E para se fazer isso é preciso uma grande capacidade de operar politicamente. Sem essa capacidade, não se opera politicamente, imaginando que a transa é o governo com o Congresso. O próprio presidente Collor já devia saber disso: o Congresso tende a se afinar com a rua, seja por princípios éticos, seja por aquilo que a gente sabe: uma grande parte dos políticos brasileiros é alienada, desinformada, corrupta, não tem compromissos com o País e tende à demagogia.

Uma boa parte, a outra parte, tende a só ter compromisso mesmo. Se a base está irritada, está contra, por que ele vai ficar a favor? Por essa coisa do espírito público? Mas espírito público sem contrapartida é como paixão não correspondida: tem uma hora que enche, você vai cuidar de outra. Eu falo isso porque tenho uma irritação muito grande, porque eu cansei. O presidente Collor lançou um tal de emenda acabando com essa excessência que é o Finor, que só serve para financiar empresário que já é muito rico no Nordeste — o povo não vê um tostão. Aplaudi. No dia seguinte, fizemos uma reunião das federações das indústrias no Ceará para me censurar. Eu sustentei a posição, e três dias depois o presidente desistiu. Não dá, não é possível fazer isso.



BAMERINDUS

O banco da nossa terra.